

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JUNDIAÍ - SP

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jundiaí/SP, realizada no dia 19 de agosto de 2013, com início às 17h30 minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS, localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 504 - Centro, nesta Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, com a participação dos Conselheiros, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, às fls.62vs e 63. A Presidenta Maria Aparecida Carlos, abriu a sessão, em segunda chamada e após saudar a todos, procedeu à leitura da ordem do dia. **PAUTA: 1) Aprovação das atas das reuniões de 24 de junho e 11 de julho de 2013 (já encaminhadas previamente a todos os Conselheiros); 2) Plano e Reordenamento de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua; 3) Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro de 2012 (MDS); 4) Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeiro do primeiro semestre de 2013; 5) Revogação da Inscrição da Associação de Acolhimento Bom Pastor; 6) Informes Gerais;** A Senhora Presidente solicitou a inclusão de mais um item na pauta para discussão da necessidade de aumentar o número de reuniões do Conselho que colocado em votação foi aceito pelos conselheiros presentes: **7 - Deliberação do aumento de reuniões ordinárias do Conselho.** Iniciando a discussão dos trabalhos, a Senhora Presidente esclareceu a desnecessidade de aprovação de atas, pois este Conselho já deliberou que as atas são previamente aprovadas a fim de dar celeridade aos serviços, bastando apenas que o conselheiro que queira fazer apontamentos à ata deverá enviar por escrito à Secretaria Executiva que incluirá as informações e comunicará a todos na reunião seguinte. **2. Plano de Reordenamento de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua:** Joana de Cássia Prudêncio, Vice-Presidente do Conselho e Diretora do Departamento de Proteção Especial solicitou adiamento desta pauta para a próxima reunião deste Conselho (26/08/13), esclarecendo que será explanado sobre todas as modalidades do acolhimento (abrigo, casa de passagem e república), se apresentará prazos a serem cumpridos e os custos previstos, entretanto para que isso ocorra, será necessário alinhar alguns pontos com o Serviço de Obras Sociais - SOS que apresentou nova proposta ao Órgão Gestor e também se faz necessário um aporte do Sr. Prefeito, com a concordância dos conselheiros presentes, passou-se para o item sete da pauta: **7 - Deliberação do aumento de reuniões ordinárias do Conselho:** A senhora Presidente justificou a solicitação da inclusão deste item na pauta em razão dos vários assuntos que estão sendo trazidos para deliberação do Conselho e em caráter de urgência, explicou que numa reunião extraordinária contamos com pouca participação pois, no geral, os conselheiros já tem outros compromissos previamente assumidos, dessa forma sugeriu que as reuniões do Conselho, doravante, passem a ser quinzenais, primeiras e terceiras segundas-feiras do mês, de forma que todos possam se programar; quanto aos horários dessas reuniões poderá ser objeto de futuras discussões. Com o intuito de deixar o maior tempo possível para a exposição dos demonstrativos físico financeiro, passou-se à discussão do item **5) Revogação da Inscrição da Associação de Acolhimento Bom Pastor;** a presidente Maria Aparecida Carlos e a conselheira Maria Rosangela Moretti, ambas integrantes da Comissão de Registro do CMAS, esclareceram a maneira como a Comissão está analisando os documentos apresentados, explicando que em 2011, o Conselho realizou uma capacitação com todas as entidades, passando todos os

esclarecimentos de como deveriam proceder para solicitar inscrição junto ao Conselho, de acordo com a Resolução CNAS 16/10, mas apesar disso, algumas entidades ainda encontram dificuldades de apresentar os documentos nos moldes exigidos pela legislação. No caso da Associação Acolhimento Bom Pastor, assim que analisamos as documentações, chamamos os responsáveis para uma reunião com a Comissão onde fizemos apontamentos sobre o que era necessário ser alterado, entretanto a documentação entregue continuou sem o perfil exigido pela Legislação, entretanto, antes de realizarmos a revogação da inscrição, será realizada uma análise mais minuciosa, pois, constatou-se que a entidade executa serviços assistenciais. Será enviado um ofício à entidade solicitando que torne sem efeito, a notícia da revogação e que deverá entrar em contato com o Órgão Gestor que passará as devidas orientações. **3) Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira de 2012:** O Senhor Denílson R. André, Diretor da Vigilância Social do Órgão Gestor, realizou explanação sobre a parte física do referido demonstrativo, apresentando através quadro relativo aos serviços executados no ano de 2012, conforme exigência do MDS, tendo realizado comparativo com o executado em 2011 (já foi aprovado por este Conselho) esclarecendo que o que foi aprovado naquela ocasião, foi na verdade, o quantitativo proposto no Plano de Ação relativo àquele período, e referente este ano (2012), se está apresentando o que efetivamente foi executado, em seguida procedeu esclarecimentos sobre resultados obtidos em cada piso de proteção, a forma de repasse mensal. Quanto a proteção social básica considerou-se os atendimentos realizados por cada CRAS de janeiro a dezembro de 2012, excetuando-se o que esta localizado no bairro Santa Gertrudes que foi inaugurado no mês de agosto; esclareceu ainda que, quem é atendido no Cadastro Único não aparece nos atendimentos dos CRAS, embora pertençam aos respectivos territórios, por isso se colocou famílias beneficiárias nos programas de transferência de renda (bolsa família e BPC) que são referenciadas nos CRAS; a conselheira Rosangela Moretti questionou se não podem aparecer outros atendimentos, além dos beneficiários, a senhora Carolina Vitti esclareceu que a Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são referencias na proteção básica; o senhor Denílson André complementou que da forma como apresentado teremos como comprovar estas informações junto ao Ministério de Desenvolvimento Social. Voltando à explanação, o senhor Denílson André esclareceu que os dados inseridos na proteção de média complexidade foram baseados na média de atendimentos do Centro Pop; quanto ao Benefício de Prestação Continuada na Escola - BCP Escola – não há informações precisas dos quanto aos questionários aplicados, apenas informações dos beneficiários inseridos em 2012, que foram 109 beneficiários. Após estes esclarecimentos, a técnica Raquel Bellodi Crepaldi prosseguiu com a apresentação da parte financeira da Execução Físico-Financeiro de 2012: esclareceu que referente ao ano de 2012 houve alterações na forma de preenchimento, onde é apontado pelo MDS o saldo bancário em 31/dezembro/2011 e os valores de recursos repassados durante o ano de 2012, porém, há uma diferença no valor de repasse de recurso do caixa da União e do caixa do município, isso ocorre porque o Ministério de Desenvolvimento Social faz o repasse no último dia útil do ano, não havendo tempo hábil para que esse recurso apareça na conta do Município; temos que preencher o campo pagamentos com informações sobre pagamentos para manutenção dos serviços e programas no decorrer do ano, e restos a pagar inscritos, que não os valores empenhados e não pagos; a Diretora de Gestão Administrativa da Semads, Valéria P. Inácio apontou que já foi solicitado à Secretaria Municipal de Finanças o cancelamento destes empenhos, o que até o momento não foi realizado; existe ainda o pagamento de guias de impostos retidos dos fornecedores em data divergente do pagamento ao fornecedor por essas razões

o saldo bancário diverge do saldo encontrado. A técnica Raquel Crepaldi esclareceu ainda que ocorreram pagamentos de alguns empenhos com recursos diferentes do pré-estabelecido (IGD-PBF/ PBF/ PVMC), e que as correções já ocorreram algumas em 2012 e outras estão sendo providenciadas em 2013; a secretária da pasta Marilena Perdiz Negro apontou que temos que lançar as informações da forma como se encontram, caso contrário não conseguiremos alinhar as informações com aquelas que o Ministério de Desenvolvimento Social possui e o sistema não vai aceitar, dessa forma, as alterações necessárias serão pontuadas através de justificativa. A técnica Raquel Crepaldi, continuou sua apresentação esclarecendo que o IGD/SUAS não foi utilizado por não ter sido incluído no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social em 2012; o que foi solicitado em 2013; os valores referentes aos pisos de Alta Complexidade I e II estão em ordem, assim como os Pisos de Média Complexidade – PTMC / PVMC; desta forma os recursos não utilizados ficaram a disposição para reprogramação. A Secretária Marilena Perdiz Negro, pontuou, segundo as informações passadas nessa reunião, será montado um relatório e sugeriu que seja aprovado a Resolução na forma como apresentada, pois a justificativa será o teor deste documento, sendo que o Órgão Gestor se compromete a acertar essas informações e trazer novamente para o Conselho, ainda neste ano de 2013, inclusive com a apresentação dos recursos federal, estadual e municipal; colocado em votação, as justificativas apresentadas foram aceitas, unanimemente, pelos conselheiros presentes na reunião, já sobre o **4) Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeiro do primeiro semestre de 2013** foi esclarecido pela secretária da pasta Marilena Negro que será providenciado para o mês de Setembro a apresentação da Execução Físico Financeiro do primeiro semestre de 2013; Após, a reunião prosseguiu com os **6) Informes Gerais** - A Presidente do Conselho, lembrou que a reunião para apresentação do Plano Plurianual agendada inicialmente para o dia 21 de agosto, não poderá ocorrer, uma vez que nesta data começará as audiências públicas para discussão desse assunto, solicitando dos presentes sugestão para nova data, ficando acordado entre os presentes que a apresentação ocorrerá no dia 18 de agosto às 17h30 em local a ser definido e posteriormente comunicados a todos através de e-mail. Inexistindo mais manifestações ou questões a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Marli de Oliveira _____, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após de lida e aprovada pelos presentes foi por ela assinada.

Maria Aparecida Carlos
Presidente do CMAS - Jundiaí

